



# IBITINGA

PREFEITURA DA ESTÂNCIA TURÍSTICA

## MATÉRIA RECEBIDA Nº 158/2022

### PRESTAÇÃO DE CONTAS - EXERCÍCIO DE 2021

### PREFEITURA MUNICIPAL DE IBITINGA

Ibitinga, em 16 de Março de 2022

Ofício nº 384/2022

Senhor(a) Presidente(a)

Temos a honra de encaminhar a Vossa Excelência, para que seja submetida à apreciação desta Câmara Municipal, da prestação de contas relativa ao exercício financeiro de 2021.

O presente relatório, que analisa os principais aspectos da gestão Prefeitura, vai acompanhado dos documentos conforme as Instruções de nº 2, de 2002.

Os resultados constantes dos documentos anexados com suas peças analíticas complementares, objetivam oferecer condições para uma ampla visão da situação econômica financeira, a qual, de modo geral, reflete toda a ação político administrativo desta Prefeitura.

Para facilitar a análise, dividimos o relatório em itens específicos, onde são apresentados quadros comparativos e demais demonstrativos consignando os resultados alcançados.

Assim sendo, passamos à análise do exercício financeiro de 2021, em seus aspectos orçamentário e financeiro.

#### Considerações Preliminares

O orçamento público municipal é o instrumento essencial na atuação do Poder Legislativo no direcionamento e fiscalização dos recursos públicos e no processo de formulação de políticas públicas e acompanhamento de sua implementação.

As Leis do Plano Plurianual (PPA) e das Diretrizes Orçamentárias (LDO) são instrumentos definidores dos parâmetros e diretrizes para a elaboração e execução da Lei Orçamentária Anual (LOA).

O processo orçamentário municipal relativo ao exercício financeiro de 2021 foi disciplinado pelos mandamentos da Constituição Federal e pelas disposições contidas na Lei nº 4.320, de 17 de março de 1964; além destes, também foi disciplinado pelos seguintes dispositivos legais: Lei nº 4.537/17; Lei nº 5.043/20; Lei nº 5.132/20.



PREFEITURA MUNICIPAL DA **ESTÂNCIA TURÍSTICA DE IBITINGA**  
Rua Miguel Landim, 333 - Centro - Ibitinga/SP - CEP: 14940-112  
telefone (16) 3352-7000 / fax (16) 3352-7001  
www.ibitinga.sp.gov.br - CNPJ: 45.321.460/0001-50





## Plano Plurianual

A lei que institui o plano plurianual estabelece as diretrizes, objetivos e metas da administração pública municipal para as despesas de capital e outras dela decorrentes, assim como as relativas aos programas de duração continuada, de acordo com o que prevê o § 1º do art. 165 da Constituição Federal. O plano plurianual - período 2018/2021 - foi instituído pela Lei nº 4.537, de 22 de novembro de 2017.

## Lei de Diretrizes Orçamentárias

A lei de diretrizes orçamentárias compreende as metas e prioridades da administração pública municipal, incluindo as despesas de capital para o exercício financeiro subsequente, orienta a elaboração da lei orçamentária anual, e dispõe sobre as alterações na legislação tributária.

Tem como finalidade principal compatibilizar a programação orçamentária anual com o planejamento de longo prazo definido pelo PPA.

A Lei de Diretrizes Orçamentárias (exercício de 2021), foi sancionada e promulgada sob o nº 5.043 de 25 de junho de 2020.

## Lei Orçamentária Anual - LOA

A elaboração dessa lei deve orientar-se pelas disposições estabelecidas na lei de diretrizes orçamentárias aprovada para o exercício e conformar-se com os objetivos e metas constantes do plano plurianual vigente no período.

A Lei Orçamentária Anual (exercício de 2021), foi sancionada e promulgada sob o nº 5.132 de 16 de dezembro de 2020.







# IBITINGA

PREFEITURA DA ESTÂNCIA TURÍSTICA

## Previsão da Receita e a Fixação da Despesa na Lei Orçamentária Anual

Discriminação	Previsão Anual 1	Prev. Até Quad. 3/3 2	Realizado Até o período 3	Índice Realiz (3/1)	Índice Realiz (3/2)
<b>RECEITAS</b>	189.576.561,38	189.576.561,38	195.867.225,33	103,32%	103,32%
Correntes	189.576.561,38	189.576.561,38	195.867.225,33	103,32%	103,32%
Capital	0,00	0,00	0,00	0,00%	0,00%
<b>DESPESAS</b>					
Empenhadas	189.576.561,38	232.166.507,44	196.772.893,52	103,80%	84,75%
Liquidadas	189.576.561,38	232.166.507,44	187.509.438,40	98,91%	80,76%
Pagas	189.576.561,38	232.166.507,44	176.925.153,30	93,33%	76,21%
<b>CORRENTES</b>					
Empenhadas	182.541.094,73	206.095.441,49	182.347.513,26	99,89%	88,48%
Liquidadas	182.541.094,73	206.095.441,49	175.889.553,40	96,36%	85,34%
Pagas	182.541.094,73	206.095.441,49	167.270.805,45	91,63%	81,16%
<b>CAPITAL</b>					
Empenhadas	5.235.466,65	25.971.065,95	14.425.380,26	275,53%	55,54%
Liquidadas	5.235.466,65	25.971.065,95	11.619.885,00	221,94%	44,74%
Pagas	5.235.466,65	25.971.065,95	9.654.347,85	184,40%	37,17%

Considerando todas as fontes de recursos, Receita total realizada neste quadrimestre, foi de R\$ 195.867.225,33 (cento e noventa e cinco milhões, oitocentos e sessenta e sete mil, duzentos e vinte e cinco reais e trinta e três centavos) o que corresponde a 103,32% do total previsto para o mesmo período.

As Receitas Correntes decorrem basicamente dos recursos arrecadados pelo Município através de impostos, taxas, contribuições e serviços, e pelas transferências constitucionais e legais. Foram arrecadados neste grupo R\$ 195.867.225,33 (cento e noventa e cinco milhões, oitocentos e sessenta e sete mil, duzentos e vinte e cinco reais e trinta e três centavos), correspondente a 103,32%.





As Receitas de Capital decorrem de liberações da União e do Estado, através de convênios, bem como das Receitas de Alienação de Bens e Operações de Crédito. Não houve arrecadação neste exercício de 2021.

A despesa empenhada neste exercício de 2021 totalizou R\$ 196.772.893,52 (cento e noventa e seis milhões, setecentos e setenta e dois mil, oitocentos e noventa e três reais e cinquenta e dois centavos). Redigase que o valor mencionado refere-se às Despesas Empenhadas, e que, para efeito de desembolso consideram-se as Despesas efetivamente Liquidadas, que somaram um total de R\$ 187.509.438,40 (cento e oitenta e sete milhões, quinhentos e nove mil, quatrocentos e trinta e oito reais e quarenta centavos), as despesas efetivamente pagas que somaram um total de R\$ 176.925.153,30 (cento e setenta e seis milhões, novecentos e vinte e cinco mil, cento e cinquenta e três reais e trinta centavos).

Conforme podemos constatar, o valor total da despesa liquidada é inferior em 4,27% ou R\$ 8.357.786,93 (oito milhões, trezentos e cinquenta e sete mil, setecentos e oitenta e seis reais e noventa e três centavos), ao valor total arrecadado no exercício de 2021, o que demonstra de forma clara e inequívoca, a capacidade do município de honrar os compromissos assumidos.

## Alterações do Orçamento

Para a obtenção dos recursos necessários à execução orçamentária consolidado do exercício, foram abertos créditos adicionais e suplementares, conforme mostrado a seguir:

CRÉDITOS ADICIONAIS / SUPLEMENTARES	VALOR R\$
Suplementares	51.859.206,68
Especiais	30.999.065,39
Extraordinários	0,00
(=) TOTAL LÍQUIDO	82.858.272,07

Os recursos utilizados para a abertura de créditos Suplementares e Especial/Extraordinário, desses créditos foram os seguintes:

Superávit financeiro	18.091.782,60
Excesso de arrecadação	21.561.105,46







## RESULTADO PRIMÁRIO

Discriminação	Prev. Até Quad.3/3 1	Realizado Até o período 2	Índice Realização (2/1)
(1) Receitas Fiscais	188.050.432,38	194.534.109,63	103,45%
(2) Despesas Fiscais	230.860.207,44	183.641.392,13	79,55%
(1-2) Result. Primário		<b>10.892.717,50</b>	

O Resultado Primário tem por finalidade demonstrar a capacidade do Município de honrar o pagamento do serviço de sua dívida. Através dele, demonstrar-se o grau de autonomia do Município, utilizando suas receitas próprias e transferências constitucionais e legais, honrar seus pagamentos com Despesas Correntes e Despesas de Capital, e ainda, gerar poupança para atender o serviço da dívida. Nessa comparação, são consideradas apenas as chamadas receitas e despesas fiscais, que não incluem pelo lado das receitas, as financeiras, de operações de crédito e de alienação de bens, e do lado da despesa, o pagamento do serviço da dívida (juros, encargos e amortizações).

O Resultado Primário no período em exame foi de R\$ 10.892.717,50 (dez milhões, oitocentos e noventa e dois mil, setecentos e dezessete reais e cinquenta centavos) efetivamente realizado. Verifica-se que o desempenho no quadrimestre apresentou um volume de recursos expressivo, de forma a honrar os compromissos com a dívida pública.

## BALANÇO FINANCEIRO

A gestão financeira do exercício demonstra-se da seguinte forma:

Total da Receita orçamentária	R\$ 195.860.763,85
Transferências Financeiras Recebidas	R\$ 36.591.420,00
Extra-Orçamentária	R\$ 63.485.500,08
Disponível	R\$ 32.259.385,92





# IBITINGA

PREFEITURA DA ESTÂNCIA TURÍSTICA

Das disponibilidades existentes, conforme acima, no montante de R\$ 32.259.385,92 (trinta e dois milhões, duzentos e cinquenta e nove mil, trezentos e oitenta e cinco reais e noventa e dois centavos), e detalhes no balancete de dezembro, serão destinadas ao pagamento dos compromissos a curto prazo, conforme espelha a Demonstração da Dívida Flutuante inclusa.

Total da Despesa orçamentária	R\$ 196.458.886,45
Transferências Financeiras Concedidas	R\$ 36.841.420,00
Extra-Orçamentária	R\$ 51.487.409,46
Disponível	R\$ 43.409.353,94

## BALANÇO PATRIMONIAL

Este balanço foi elaborado em obediência às normas legais e, em caso especial, às estabelecidas na Lei 4.320/64, compreendendo Ativo e Passivo.

Para melhor esclarecimento dos elementos que compõe esse balanço, devemos examinar o Anexo 14, que integra esta peça.

### Ativo

#### Ativo Financeiro

Este grupo representa os créditos e valores cuja movimentação independe de autorização orçamentária, inclusive os valores numerários.

#### Disponível

Representa este subgrupo o montante das disponibilidades em poder da Tesouraria, ou de forma de depósitos em bancos, de livre movimentação, como, também, as contas especiais, as quais para serem movimentados obedecem a disposições legais, regulamentos ou contratos.

Aqui encontramos os saldos em Caixa R\$ 33.278.535,00.

Este subgrupo representa o numerário depositado em estabelecimento de crédito, vinculado à realização de determinadas despesas por imposição de lei ou contrato.







# IBITINGA

PREFEITURA DA ESTÂNCIA TURÍSTICA

Encontramos neste subgrupo o saldo de Bancos C/ Vinculados - R\$ 10.130.818,94.

## Ativo Permanente

Encontramos, neste grupo, os saldos das contas concernentes a:

Bens Móveis	R\$ 91.291.473,54
Bens Imóveis	R\$ 32.911.609,15

## Passivo

### Passivo Financeiro

Este grupo representa os compromissos exigíveis a curto prazo de débitos da natureza financeira cuja movimentação independe de autorização orçamentária. Suas contas demonstram os seguintes saldos:

Restos a Pagar	R\$ 13.249.001,47
----------------	-------------------

### Passivo Permanente

Representa este grupo as dívidas fundadas e outras que dependem de autorização legislativa tanto para formação ou constituição quanto para seu resgate.

## EDUCAÇÃO 25%

1 - Receitas de impostos e transferências	122.447.214,43		
2 - Aplicação mínima - Art. 212 da CF	30.611.803,61	25%	
2.1 - Total das Contas Retificadoras (Deduções)	19.203.508,17		
3 - Despesas manutenção Ensino			
3.1 - Desp. Geral Realiz. Recursos 25%	13.461.103,61	12.913.150,51	12.236.431,09
3.2 - Desp. Realiz. Recursos FUNDEB	26.569.253,97	26.569.253,97	22.390.538,33
<b>4 - Total Geral Despesa da Educação</b>	<b>40.030.357,58</b>	<b>39.482.404,48</b>	<b>34.626.969,41</b>
4.1 - Parc. Emp. Ganho Liq/PLUS	7.365.745,80	7.365.745,80	3.187.030,16
4.2 - Rendimentos 25%	0,00	0,00	0,00
<b>5 - Total de Deduções</b>	<b>7.365.745,80</b>	<b>7.365.745,80</b>	<b>3.187.030,16</b>





# IBITINGA

PREFEITURA DA ESTÂNCIA TURÍSTICA

<b>6 - Aplicação Final - Art. 212, caput da CF</b>	<b>32.664.611,78</b>	<b>32.116.658,68</b>	<b>31.439.939,25</b>
7 - Percentual correspondente de aplicação	<b>26,68%</b>	<b>26,23%</b>	<b>25,68%</b>

<b>9 - Percentual correspondente de aplicação</b>	<b>32.664.611,78</b>	<b>32.116.658,68</b>	<b>31.439.939,25</b>
	<b>26,68%</b>	<b>26,23%</b>	<b>25,68%</b>

No encerramento do período, o total Empenhado apurado, representa um percentual de 26,68% correspondente a uma aplicação a maior de R\$ 2.052.808,17 (dois milhões, cinquenta dois mil, oitocentos e oito reais e dezessete centavos), ressalta-se que o limite mínimo obrigatório, imposto pelo Caput do art. 212 da Constituição Federal é de 25,00%.

## FUNDEB

1 - Recursos + aplicação financeira	27.406.322,83		
2 - Aplicação mínima - 90%	24.665.690,55	90%	
2.1 - Correspondentes percentual obrigatório	Mínimo 70%	Máximo 30%	
	<b>19.184.425,98</b>	<b>8.221.896,85</b>	
3 - Despesas com Ed. Básica - FUNDEB			
3.1 - Desp. magistério efetivo exercício	19.184.425,98	19.184.425,98	15.419.106,13
3.2.- Atendimento aplicação mínima obrigação 70%	<b>70,00%</b>	<b>70,00%</b>	<b>56,26%</b>
3.3 - Demais despesas (máximo 30%)	7.384.827,99	7.384.827,99	6.971.432,20
3.4 - Percentual correspondente	<b>26,95%</b>	<b>26,95%</b>	<b>25,44%</b>
4 - Gasto total FUNDEB (70% + 30%)	26.569.253,97	26.569.253,97	22.390.538,33
5 - Percentual correspondente	<b>96,95%</b>	<b>96,95%</b>	<b>81,70%</b>







O montante Empenhado no exercício de 2021, corresponde a 96,95%, sendo aplicado da seguinte forma: 70,00% com o Magistério e 26,95% com demais despesas, valor diferido para aplicação no exercício seguinte no valor de R\$ 837.068,86 (oitocentos e trinta e sete mil, sessenta e oito reais e oitenta e seis centavos).

## SAÚDE

15%	EXERCÍCIO DE 2021
Receitas de Impostos	122.447.214,43
(=) Receita total considerada	18.367.082,16
Despesas Liquidada	48.259.146,09
(-) Receitas adicionais de saúde	21.426.035,33
Valor Final de Aplicação	26.833.110,76
<b>Percentual Final de Aplicação</b>	<b>21,91%</b>

Neste exercício de 2021, avaliado, o total liquidado apurado, representa um percentual satisfatório de 21,91% correspondente a uma aplicação de R\$ 26.833.110,76 (vinte e seis milhões, oitocentos e trinta e três mil, cento e dez reais e setenta e seis centavos), para apuração do limite legal, devemos considerar o total das despesas liquidadas, assim temos que o Município superou o limite mínimo legal em 6,91%, que representa o montante de R\$ 8.466.028,60 (oito milhões, quatrocentos e sessenta e seis mil, vinte e oito reais e sessenta centavos). Ressalta-se que o limite mínimo obrigatório, imposto pela Emenda Constitucional nº 29/2000 para a área da Saúde é de 15% o que





# IBITINGA

PREFEITURA DA ESTÂNCIA TURÍSTICA

representa R\$ 18.367.082,16 (dezoito milhões, trezentos e sessenta e sete mil, oitenta e dois reais e dezesseis centavos), assim o Município vem cumprindo o exigido por lei.

## GASTO COM PESSOAL

	EXERCÍCIO DE 2021
Receita Corrente Líquida	195.867.225,33
Despesas com Pessoal	82.670.426,25
Percentual Apurado	42,21%
Inclusões Terceirização	0,00
Despesas Pessoal Ajustada	82.670.426,25
Percentual Final	<b>42,21%</b>

As despesas com pessoal Civil e Encargos Sociais totalizaram R\$ 82.670.426,25 (oitenta e dois milhões, seiscentos e setenta mil, quatrocentos e vinte e seis reais e vinte e cinco centavos), no período de janeiro de 2021 a dezembro de 2021, representando 42,21% do total da Receita Corrente Líquida apurada no mesmo período, que foi de R\$ 195.867.225,33 (cento e noventa e cinco milhões, oitocentos e sessenta e sete mil, duzentos e vinte e cinco reais e trinta e três centavos). Ressalta-se, que o limite prudencial estabelecido é de 51,30% e o máximo 54,00%.







## RESTOS A PAGAR

Discriminação	Inscritos Exercícios Anteriores	Apurado em 2.020	Pagos até o Período	Cancelados período	Saldo a Liq / Pagar
Processados	7.143,40	4.041.614,28	4.033.233,93	8.458,35	7.065,40
Não Processados	4.322.066,25	5.343.820,63	3.948.870,01	3.622.576,99	2.094.439,88

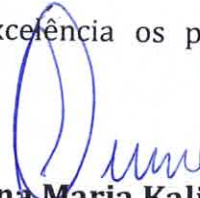
Os Restos a Pagar compreendem as despesas empenhadas, liquidadas ou não e não pagas, tratando-se, portanto, de obrigações já contraídas, que necessitam de caixa para seu atendimento.

Os restos a Pagar apurados ao final do exercício de 2020 e inscritos em Exercícios Anteriores, totalizaram R\$ 13.714.644,56 (treze milhões, setecentos e quatorze mil, seiscentos e quarenta e quatro reais e cinquenta e seis centavos).

Desse montante, até o final do exercício de 2021, apuramos o pagamento na ordem R\$ 7.982.103,94 (sete milhões, novecentos e oitenta e dois mil, cento e três reais e noventa e quatro centavos), cancelamento no período de R\$ 3.631.035,34 (três milhões, seiscentos e trinta e um mil, trinta e cinco reais e trinta e quatro centavos) e um saldo remanescente no montante de R\$ 2.101.505,28 (dois milhões, cento e um mil, quinhentos e cinco reais e vinte e oito centavos).

Procuramos, na presente prestação de contas, retratar os principais aspectos da gestão financeira do exercício ora encerrado, com clareza e objetividade, pondo-nos à disposição desse desta Câmara Municipal para quaisquer outros esclarecimentos que se tornarem necessários.

Apresenta a Vossa Excelência os protestos de nosso respeito e consideração.

  
**Cristina Maria Kalil Arantes**  
Prefeita Municipal

  
**Jean Gonçalves Pereira**  
Contador



## Listagem de Documentos para Prestação de Contas Câmara – Exercício 2021

- 1 Ofício 384/22 – Prestação de Contas
- 2 Cópia dos Relatórios de Metas Fiscais – 1º ao 3º Quadrimestres 2021
- 3 Lei 3554 -Fixação dos Subsídios Mensais do Prefeito, Vice-Prefeito e dos Secretários Municipais e Alterações
- 4 Folhas de Pagamentos Mensais – Subsídios
- 5 Certidões: Controle Interno, Tesouraria, Almoxarifado, Patrimônio, Saúde e Educação
- 6 Balanço Orçamentário Individual e Consolidado
- 7 Balanço Financeiro Individual e Consolidado
- 8 Balanço Patrimonial Individual e Consolidado
- 9 Demonstração das Variações Patrimoniais Individual e Consolidado
- 10 Cópia do Balanço Patrimonial do Exercício Anterior Individual e Consolidado
- 11 Boletim de Caixa 31/12/2021
- 12 Conciliações Bancárias Dezembro/2021
- 13 Certidão Regularidade CRC e Habilitação Profissional
- 14 Relação dos Auxílios, Subvenções e Contribuições recebidos do Estado e União
- 15 Relação das Licitações e Contratos Realizados
- 16 Audep Terceiro Setor – Confirmar
- 17 Relação de Obras de Arte e Objetos Históricos
- 18 Relação dos processos de furto/extravio de bens permanentes
- 19 Cópia do Mapa de Precatório do Tribunal de Justiça
- 20 Publicação Anual dos Subsídios e das remunerações dos Cargos e Empregos Públicos
- 21 Norma Instituidora do Conselho do FUNDEB
- 22 Norma Instituidora do Plano de Carreira e Remuneração do Magistério
- 23 Publicação do Decreto 4.901/21 – Nomeação dos Membros do Conselho do FUNDEB
- 24 Cópia dos Pareceres Trimestrais do Conselho do FUNDEB
- 25 Folhas de Pagamento Salariais dos Profissionais do Magistério da Educação Básica
- 26 Lei Municipal Regulamentação de Despesas sob o regime de Adiantamento.
- 27 Plano Municipal e Programação Anual da Saúde – CMS
- 28 Lei de Criação do Fundo Municipal de Saúde – FMS
- 29 Lei de Criação do CMS
- 30 Folhas de Pagamento Salariais dos Profissionais da Saúde
- 31 Relatório de Gestão Anual 2021
- 32 Parecer do Conselho Municipal de Saúde – 3Quad 2021
- 33 SIOPS
- 34 Balancete Receita e Despesa Dezembro 2021
- 35 Demonstrativo dos Créditos Suplementares
- 36 Publicações RREO e RGF 2021
- 37 Relatórios do SICONFI RREO 2021 – Relatórios Resumidos da Execução Orçamentária
- 38 Relatórios do SICONFI RGF 2021 – Relatórios de Gestão Fiscal 2021
- 39 Cópias das Atas de Audiências Públicas

